

MEMÓRIA DA RURAL

ANA LÚCIA V. SANTA CRUZ DE OLIVEIRA
CAETANA MARIA DAMASCENO
JOSÉ CLÁUDIO SOUZA ALVES
LUCIANA DE AMORIM NÓBREGA

ABSTRACT: OLIVEIRA, A. L. V. S. C., DAMASCENO, C. M., ALVES, J. C. S. & NOBREGA, L. A. *Memory of the Rural University. Rev. Univ. Rural, Sér. Ciênc. Hum.* v. 18, n. 1, p. 57-71. - In the attempt to understand the role of the University in the present moment, this paper seeks to retrieve the relationships between the history of UFRRJ and the history of the region surrounding it, in an effort to identify the following: (a) the moments and the changes which occurred in the relationship; (b) sectors and social strata involved; and (c) the official and ideological conception which were present. It is not about an administrative or academic history, nor is it an institutional biography, but the temporal and spacial understanding of projects, demands, contradictions and conjunctures which marked the existence of UFRRJ and the society with which it relates. By means of a survey of documentary sources, both disperse and non-articulated, and the record of oral history and life history of the various social actors a first step is given towards the perception of what has already been done with regard to the history of UFRRJ and an attempt is made to compare it to the memory of those living at those moments.

KEY WORDS: Memory - History - University

QUAL MEMÓRIA?

Visando compreender o papel da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no momento presente, este trabalho busca resgatar as relações entre a história da UFRRJ e a história da região que a cerca, num esforço de identificar: a) os momentos e as mudanças que ocorreram nessa relação; b) os setores e

classes sociais envolvidos e b) as concepções oficiais e ideológicas que se fizeram presentes. Não se trata de uma história administrativa e acadêmica ou uma biografia institucional, mas a compreensão temporal e espacial dos projetos, demandas, contradições e conjunturas que marcaram a trajetória da Rural e da sociedade com a qual ela se relaciona. Através do levantamento de fontes documentais, dispersas e desarticuladas, e do registro da história oral e de vida dos diferentes atores, dá-se um primeiro passo na percepção do que já foi feito em matéria de história da Rural e tenta-se compará-la à memória dos que viveram aqueles momentos. O resultado é a melhor compreensão das fases, das mudanças e das continuidades que ocorreram nessa história, bem como o contato com histórias paralelas, não oficiais, que abrem fendas

Departamento de Letras e Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Km 47 da Antiga Rodovia Rio-São Paulo, Seropédica, RJ, Brasil

23.851-970

Submetido em 13 de agosto de 1996.

Aceito em 04 de dezembro de 1996.

enriquecedoras para o trabalho. Dos primeiros momentos da sua implantação, passando pelo projeto de ser um centro de excelência para o cinturão agrícola formado pela Baixada Fluminense e até chegar a ser o enclave rural na borda das periferias de Nova Iguaçu, Itaguaí e Campo Grande, a história da Rural revela-se complexa e diferenciada. Neste sentido, este trabalho busca não só ampliar a auto-visão dessa instituição, mostrando a história dos diferentes grupos que compõe, mas favorecer seu papel de formadora de conhecimentos e de processos de aprendizagem, sobretudo para os segmentos e classes que ao longo da sua história foram sistematicamente excluídos desses recursos materiais e simbólicos, apesar de muitas vezes terem sido usados como justificativa para a sua existência.

Entre o pântano e a abolição

Quando Nilo Peçanha, então Presidente da República (1910), assinou o decreto que criava a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária cruzou, pela primeira vez e de forma oficial, o destino da Universidade Rural com o da Baixada Fluminense, mesmo que isso só se concretizasse quase 40 anos depois. (Grillo, 1938, p.10)

Apesar do seu curto mandato como chefe da República Nilo Peçanha realizou um conjunto de obras na Baixada Fluminense com a intenção de recuperá-la da decadência em que mergulhara desde 1858. Talvez mais do que o fato de ser fluminense, tornara-se “padrinho” da região, tendo em vista o seu potencial eleitoral, que necessariamente passava pelas mãos dos fazendeiros locais. Foi assim que iniciou os trabalhos de saneamento da Baixada, que levou água potável para o que é hoje o município de Duque de Caxias e que criou uma política de sustentação da citricultura reduzindo à metade o frete das laranjas pelas companhias transatlânticas e estabelecendo a reciprocidade na isenção de impostos sobre as frutas entre o

Brasil e a Argentina. (Geiger & Santos, 1955, p. 298-299)

Ao pensar o que viria a ser a Universidade Rural, Nilo Peçanha imaginou sua localização na Fazenda de Santa Cruz e portanto, nos limites da Baixada. Quando doada aos jesuítas pela Coroa e deles retomada pela reforma pombalina, essa fazenda teve suas terras divididas e doadas, destacando-se o que hoje compõe o território de Itaguaí e o bairro de Santa Cruz, onde ficava a sede (Figueira, 1970, p.78-79). Com os novos eixos ferroviários de comunicação do Porto do Rio de Janeiro com o planalto paulista e mineiro e com a abolição da escravatura, os rios e canais da região foram abandonados, dando início a uma “era do pântano” onde a malária floresceu e com ela o abandono, o medo e a fuga das populações (Idem, p. 83) O projeto original pretendia instalar aquele embrião do que viria a ser a Universidade Rural numa propriedade do Governo Federal nessa fazenda, contudo os estudos preparatórios apontaram a impossibilidade disso: os prédios estavam em ruínas e o que deveria ser um campo destinado à parte prática não passava de um pântano, sem contar a distância para os alunos, pois não se propunha a construção de alojamentos (Grillo, 1938, p.9-10). Na solução encontrada a Baixada foi preterida, ficando no Rio de Janeiro, mais especificamente no atual bairro do Maracanã, a localização da Escola. Esse fato, porém, operou um importante efeito simbólico. Ao instalá-la no Palácio do Duque de Saxe, a agricultura recebia o *status* de nobreza, mesmo que num período republicano. Essa aparente ambigüidade e anacronismo só era explicável por um motivo, o desejo de libertar o trabalho com a terra da sua vinculação com o escravismo, tirá-la do preconceito que a denegria como atividade que no passado, não muito distante, fora entregue a negros escravos.

As questões relacionadas ao ensino agrônomo estavam, portanto, cercadas por um problema mais amplo: como seria a economia, sobretudo a agrícola, e as relações de trabalho

após a abolição? Já em 1870, os grandes proprietários de toda a província do Rio de Janeiro, através de seus lugares tenentes na Assembléia Legislativa, tinham começado a discutir a crise econômica anunciada pela abolição.² A diversidade das propostas só era suplantada pela unanimidade do medo. Queriam evitar a proliferação de “antilhas” dentro do Brasil, com suas ilhas infestadas pelo ódio de ex-escravos revoltosos contra ex-senhores. Mesmo os Estados Unidos eram encarados como mau exemplo devido ao descontrole e violência do seu processo. (Santos, 1993, p.43) Pela primeira vez, os trezentos anos de trabalho compulsório começavam a ser questionados e junto com eles a certeza de um poder infinito.

As visões sobre o trabalho e sobre os trabalhadores tornavam-se centrais na busca de soluções. Para muitos, o liberto era um potencial bandido, à margem da sociedade e disposto a se vingar dos antigos senhores. Já do trabalhador nacional, caipiras dispersos no mundo rural, sem educação nem hábito de trabalho, nunca fora exigido nada para a sustentação da economia existente. Agregado às fazendas, com suas pequenas roças e trabalho familiar, não deixaria facilmente essa vida indo trabalhar para outros, mesmo como assalariado. Frente aos impasses dessa inevitável transição algumas propostas passaram a ser defendidas. (Idem, p.46-7)

Um segmento formado por legisladores provinciais, políticos e burocratas, representantes de fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878, interpretava a crise do regime escravista como a possibilidade de se criticar e superar a plantação. Por suas características: uso extensivo do solo, que impedia a expansão e esvaziava a província; métodos que arruinavam a terra forçando o nomadismo e comprometendo a produtividade; e técnicas agrícolas rotineiras, obsoletas e predatórias, que aprisionavam o fazendeiro ao uso da mão-de-obra escrava, a plantação sucumbiria caso não realizasse uma renovação tecnológica que libertasse o proprietário da dependência de um grande

contingente de trabalhadores e desenvolvesse uma agricultura intensiva. Despertar nos futuros ex-senhores uma ética do trabalho como a dos *farmers* americanos, transformando-os em empresários agrícolas era o sentido do lema adotado: “americanizar a província”. (Idem, p.43-6) Seria, portanto, mais fácil de lidar com máquinas do que com homens livres. Ao menos no caso da Baixada, elas não pegariam malária nem cólera.

Restariam, porém, as heranças da escravidão nas mentes dos trabalhadores, que viam no trabalho manual, sobretudo no agrícola, algo por demais preso ao antigo escravo para que fosse aceito. Nada que uma boa educação, em escolas agrícolas com campos de demonstração não fosse capaz de apagar, regenerando e moralizando o trabalhador nacional e liberto. Essa educação juntamente com a repressão ao crime seria uma “questão de vida ou morte para a província”.³

Um outro grupo de fazendeiros e seus representantes, céticos em relação aos modernizadores, mantinha a visão da produtividade enquanto questão de mão-de-obra. Insistia mais na obtenção de capitais e imigração de trabalhadores, do que no uso de máquinas. Plantando em terrenos acidentados, no pé das serras, esse segmento afirmava a impossibilidade da aplicação das máquinas e defendiam o emprego do trabalho manual, barato, diligente e dócil. No caso dos imigrantes, os chineses eram exaltados como possuidores dessas virtudes. Não foi por acaso que mais de 5 mil deles morreram na construção da ferrovia D. Pedro II, no trecho entre Queimados e Japeri pois para os senhores da Baixada, não passavam de “escravos amarelos” de baixíssimo custo e excelente aplicabilidade. (Idem, p.48-51)

Quanto ao papel da educação, dúvidas eram levantadas sobre sua viabilidade. Academias de direito e medicina atraíam os filhos dos que tinham recursos, as demais escolas tinham dificuldades em atrair estudantes e demandavam investimentos que o orçamento provincial não

dispunha. Propunha-se, então, transformar as fazendas em escolas práticas. (Idem, p.51)

Apesar das oportunidades que todo este debate forneceu para se repensar a economia, a sociedade e a política daquele período, o que se viu foi os futuros ex-senhores agarrados às relações escravistas como forma de contenção das demandas abolicionistas e dos futuros libertos, mesmo que isso significasse a derrocada política e a bancarrota agrícola.

Os senhores existentes na Baixada Fluminense, precipitados na crise de forma mais rápida e profunda, mais ansiosamente abraçavam-se à velha ordem em busca da salvação. Preferiram assistir à sua própria ruína do que alterar suas concepções sobre trabalho e trabalhadores. Um conservadorismo vesgo, pois estando à beira do abismo, ou melhor do brejo, tentavam saltá-lo de costas, olhando para o seu passado de poder e glória, já completamente decadente.

Presos nas teias férreas do capitalismo mercantil e agro-exportador estabelecido no Rio de Janeiro e seu porto, esses fazendeiros foram suplantados pelo capital rural paulista, que investindo em terras e aplicando no trabalho livre realizava o seu salto na extração da mais valia. O resultado de trezentos anos de domínio tinha sido a exaustão completa do solo, entregue à sua fertilidade natural, e a formação de uma população ex-escrava agregada a seus ex-senhores e sem qualquer propriedade. (Egler, 1979, p.64-66 e 122-124)

A inauguração da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária, em 1913, no Palácio do Duque de Saxe, consolidava a posição do Governo, naquele momento, a favor da perspectiva modernizadora e educacional frente à questão agrícola. A data escolhida não poderia ter sido melhor para expressar essa opção, o 4 de julho da Independência norte-americana indicava o protótipo a ser seguido. Nas palavras do seu primeiro Diretor, Gustavo D'Utra: "A modesta escola que então se instalava solenemente, com o seu destino e o

seu futuro sob o patrocínio do exemplo do progresso dos Estados Unidos, iria abrir ao Brasil novos caminhos".⁴ Mas se assim pensavam o Diretor; o Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca; o Ministro da Agricultura, Pedro de Toledo e o embaixador Edwin Morgan o mesmo não ocorreria dois anos depois quando, apesar de ter custado aos cofres públicos mais de 1.700 contos de réis, a Escola foi fechada sob a alegação de que o orçamento da República não destinara verbas para a sua manutenção, devido à crise econômica. Ela foi fundida à Escola Agrícola da Bahia e à Escola Médica Teórico-prática de Pinheiro e passou a funcionar na cidade de Pinheiro, no estado do Rio de Janeiro, nas instalações da antiga Escola de Agricultura.

A ÁRVORE QUE NÃO CRIA RAIZ E A RAIZ DA ÁRVORE

O impacto da mudança se fez sentir diretamente sobre o número de alunos e a frequência deles, como resultado, em 1916 apenas dois se formaram em engenheiros agrônomos e um ano depois formaram-se quatro médicos veterinários. Apesar de ter um corpo docente bastante qualificado, pois resistindo aos pedidos de emprego o Ministro Pedro Toledo instituiu o concurso como forma de recrutamento dos professores, as viagens de trem para Pinheiro, que consumia manhã e tarde de um dia e a impossibilidade de permanência na Escola afetavam duramente o trabalho dos professores e dos alunos. A ausência de laboratórios bem equipados e de um campo de aplicações, como o que havia inicialmente em Deodoro, também contribuía para a desqualificação do curso. (Grillo, 1938, p.10-14, Medeiros, 1938, p.47-49)

A vida dos alunos nestes primeiros anos foi bastante atribulada. Na lembrança de João Maurício de Medeiros, ao discursar, representando os antigos alunos da Escola na homenagem aos professores que completavam

25 anos de magistério, não faltaram as más recordações. A primeira fazia menção ao momento quando frente à banca examinadora composta por grandes nomes das ciências agrárias, ele e os outros candidatos refletiam no semblante as incertezas e ansiedades quanto aos resultados dos exames de admissão. Na mudança para Pinheiro, muitos alunos foram prejudicados, tendo a turma de 1916 apenas dois alunos. Lamentáveis incidentes que não são enumerados, sobretudo entre professores e alunos e com “relativa gravidade” são mencionados, em especial uma sabatina, feita por um professor logo após as férias do meio do ano e contra as deliberações da diretoria, que terminou provocando um “mal súbito de origem nervosa” em um dos alunos. Mas nem tudo era sofrimento, pois os alunos também reagiam. Um jornal humorístico da classe, chamado “Binóculo” dava o contraponto dentro das possibilidades de crítica da época e, é claro, num espaço fora do oficial. As festas de final de ano, consagrando o êxito nos exames, serviam também para extravasar todas as pressões, levando no caso daquele ano a excessos. Ainda neste aspecto menos formal, é citada a resposta inteligente e bem humorada de um aluno a uma arguição, escapando à punição avaliativa do professor e conquistando o reconhecimento da turma. Mas nem tudo era informalidade, pois uma turma, por motivo de desavença, deixou de fazer o tradicional quadro de formatura só para que o Diretor da Escola nele não figurasse.

A permanência em Pinheiro foi tão curta quanto a no Palácio do Duque de Saxe, dois anos. A Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária foi transferida, em 1918, para um lugar mais próximo, ficando em prédios doados pelo Governo Fluminense, no Horto Botânico, em Niterói. Para João Maurício Medeiros, a ida para a Alameda São Boaventura se não piorou, também não melhorou a situação dos alunos. Superava-se o problema da distância e da frequência, mas surgia a piora da qualidade do ensino, já que a prática de campo não existia.⁵

Não havia também laboratórios e gabinetes, que só foram construídos posteriormente. Mas um dos incidentes mais traumáticos vivido pelos estudantes foi sem dúvida a revolta da população da cidade contra eles. João Maurício não especifica quem eram os revoltosos e quais eram os motivos, mas estavam associados à existência da república dos estudantes. Vários conflitos ocorreram, sendo o mais grave o que se deu na ponte das barcas, onde um estudante ficou gravemente ferido. Os revoltosos chegaram a planejar a destruição das repúblicas com dinamite, mas o Ministro da Agricultura convocou o exército para proteger os alunos e patrulhar a cidade por vários dias. De fato, eram outros aqueles tempos, quando exército resguardava a segurança e os direitos dos estudantes. Encerrando suas memórias deste período, o antigo aluno se lembra da primeira epidemia que atingiu os estudantes, era a gripe “espanhola” que, “graças a Deus”, não fez nenhuma vítima. (Medeiros, 1938, p.49-50)

Apesar de tudo, os oito anos de permanência da Escola em Niterói, favoreceram o fortalecimento institucional e consolidaram sua existência, posta à prova pelas constantes mudanças de lugar que sofrera. Em 1920, um novo regulamento criava o curso de Química Industrial Agrícola, anexo à Escola. Em seguida, novos professores foram contratados e ocorreram subdivisões em algumas cadeiras, ampliando-se o quadro de especialidades. (Grillo, 1938, p.14-16)

O retorno para o Distrito Federal, em 1927, demonstra tanto o reconhecimento da Escola pelo Governo Federal como a falta de recursos a ela destinados. Passando a funcionar no edifício sede do Ministério da Agricultura, na Av. Pasteur - Praia Vermelha, a Escola ocupava um espaço que não tinha sido feito especificamente para ela, principalmente por estar no núcleo mais urbanizado da cidade do Rio de Janeiro. Quando vinte anos depois da sua ida para lá, os alunos da agronomia resolveram realizar a “Festa da Árvore” no meio

do asfalto, em frente ao antiquado edifício, o que queriam não era tanto uma adaptação urbana para uma festividade telúrica, ou a criação do primeiro movimento ecológico no Rio, mas protestar contra as incertezas do processo de transferência para o Km 47, onde hoje se encontra. Ao longo deste período, a persistência da falta de um campo para a prática agrícola e trabalhos experimentais sempre foi lamentada, sobretudo pelos estudantes.

Conviver com deficiências não era exclusividade do ensino agrônômico, veterinário e químico agrícola, neste país e, sem desanimar a instituição continuou ampliando sua capacidade, tendo na direção cientistas reconhecidos e passando a publicar em seus arquivos os trabalhos dos seus professores. Até 1933, a Escola computava a diplomação de 378 profissionais, sendo 154 engenheiros agrônomos, 119 médicos veterinários e 105 químicos industriais. (O Observador Econômico e Financeiro, 1947, p.7). Um ano depois, a Escola teria os seus cursos transformados em três Escolas Nacionais, a de Agronomia, a de Veterinária e a de Química, com direções autônomas. A partir daí, passou-se a uma fase de instalação de gabinetes e laboratórios equiparados aos do exterior; a biblioteca foi ampliada e iniciou-se a publicação de importantes obras como: "Elementos de Físico-química" do Prof. Arthur do Prado e "Insetos do Brasil" e "Terceiro Catálogo dos Insetos que Vivem nas Plantas do Brasil", ambos do Prof. Ângelo Moreira da Costa Lima. (Idem, p.7, Grillo, 1938, p. 16-17).

Nesse período da vida institucional, que vai de 1934 a 1943, o ensino agrônômico, incluindo a veterinária e a química, foi se consolidando. Além dos cursos regulares, que nesse período expediram 61 diplomas, foram criados os cursos avulsos, que emitiram mais 1.339 diplomas. (Idem, p.9) Apesar disso, surge um esforço para por fim a uma separação que pouco a pouco passava a ser vista como problemática. O ensino e a pesquisa agrônômica encontravam-se em

instituições diferentes. Mas que uma questão técnica, pois a pesquisa seria a fonte de conhecimentos novos e o ensino a transmissão desse patrimônio aos demais, uni-los era um objetivo político. Quando em 1938 criou-se o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas (CNEPA), vivia-se em plena era Vargas, mais precisamente, o período ditatorial do Estado Novo, onde a questão agrária passava a assumir contornos muito mais politizados.

O OESTE POSSÍVEL

Inicialmente o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas (CNEPA) foi formado pela Escola Nacional de Agronomia e pelos Institutos de Química Agrícola, de Experimentação Agrícola e de Ecologia Agrícola. As duas primeiras entidades estavam, anteriormente, subordinadas ao Departamento Nacional de Produção Vegetal. O Instituto de Ecologia Agrícola tinha sido criado em 1937 e o Instituto de Experimentação Agrícola foi organizado com as Seções de Experimentação dos Serviços de Fomento da Produção Vegetal, de Plantas Têxteis, de Fruticultura e de Café, dos respectivos Campos e Estações Experimentais e de parte do Instituto de Biologia Vegetal. Em 1940, a Escola Nacional de Veterinária foi incorporada. (Idem, p.4)

Em 1943, o Regimento do CNEPA previa sua estrutura da seguinte forma: I) Universidade Rural, que reunindo todas as atividades de ensino seria composta pela: Escola Nacional de Agronomia, Escola Nacional de Veterinária, Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, Cursos de Extensão, Serviço Escolar e Serviços de Desportos; II) Serviço Nacional de Pesquisas Agrônômicas, que reunindo as atividades de pesquisa, compreendia: Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola, Instituto de Química Agrícola, Instituto Nacional de Óleos, Instituto de Fermentação e Rede Nacional de Fermentação Agrícola; III) Serviço Médico; IV) Superintendência de Edifícios e Parques; V)

Serviço de Administração e VI) Biblioteca Central.⁶ Para a concretização espacial dessa estrutura foram desapropriados 1.024 alqueires pertencentes à Fazenda Nacional de Santa Cruz. As obras de construção começam em março de 1939, tendo como eixo as margens da Rodovia Rio-São Paulo, na altura do Km 47. (Sant'Ana, 1949, p.7)

Essas mudanças institucionais, regimentais, físicas e geográficas que atingiram o ensino e a pesquisa agrônoma no Brasil, afetando o que havia se perpetuado da Escola Nacional de Agronomia e Medicina Veterinária, pois lhe dava uma dimensão muito mais importante, articulada e ampla, além de uma localização definitiva, tinha ocorrido em um tempo significativamente curto, caso seja comparado ao "anos retirantes", de ausência de dotação orçamentária, de idas e vindas e de prédios adaptados. Afinal, o que estava por trás dessa alteração no comportamento governamental? Que conjuntura motivava o Governo Federal a investir, somente até 1948, 110 milhões de cruzeiros na construção e funcionamento da Universidade Rural?

Com certeza a figura do então Ministro da Agricultura, Fernando Costa, foi decisiva. Assumindo o projeto da construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas como um projeto pessoal, ele se contrapôs aos interesses dos que não queriam deixar a Praia Vermelha e ir para aquele areal, tórrido, de solo imprecioso e cheio de mosquitos. Acabando com a farsa das comissões de professores designadas para escolherem o local para onde iriam as Escolas instaladas na Praia Vermelha e que nunca chegavam a lugar nenhum, Fernando Costa, por influência de um dos médicos que trabalhava na Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, decidiu realizar ali, no Km 47, a obra pela qual muitos reforçariam as críticas de faraônico a ele dirigidas. Percorrendo a cavalo, semanalmente, as obras; e afirmando que os mosquitos não derrotariam o homem, que o clima seria

melhorado com o plantio de árvores e que o solo serviria como um teste para comprovar a aplicabilidade das ciências agrônômicas, o Ministro acabou vitorioso no seu propósito-missão.⁷

Seria arriscado demais, porém, atribuir apenas aos atos heróicos de um homem a mudança da Universidade Rural, e claro de todo o CNEPA, para o Km 47. Sem se vincular à vertente da historiografia onde predomina a "história-bravata", talvez fosse melhor dar uma olhada nas propostas do Governo Vargas, durante o Estado Novo, para a questão agrária e, especialmente, para a educação no meio rural.

O estudo de Adônia A. Prado sobre o que ela denomina de "Ruralismo Pedagógico" torna-se de grande valia nessa intenção. O perigo eminente, alardeado pelo Governo Vargas como justificativa para a ditadura do Estado Novo, incluía no seu genérico significado, uma preocupação bastante concreta: a presença dos imigrantes estrangeiros no país. Movimentos populacionais - externos e internos - poderiam favorecer a instabilidade política e idéias subversivas. O Ruralismo Pedagógico, enquanto pensamento articulado de intelectuais, tendo em vista os interesses hegemônicos de classes e grupos capitalistas rurais e de políticos em busca de soluções para a questão urbana, tratava de condenar a "imigração em massa" e incentivava o aperfeiçoamento da mão-de-obra rural. Assim, fazendo inveja a muitos veterinários, essa vertente do pensamento dominantes achava que matavam quatro coelhos com uma só paulada, conseguindo: 1) o fim da carência de braços para a lavoura, pois acreditavam que trabalhadores "educados" tendiam a permanecer no seu "meio"; 2) o fim do clima de instabilidade provocado pelos estrangeiros e seus descendentes, responsáveis pelas mobilizações sindicais mais fortes; 3) o aumento da produtividade do trabalho rural, que seria convertido em lucro dos empregadores e 4) a resolução da questão urbana, expressa na favelização e no inchaço das cidades.

(Prado, 1995, p.80-82)

Adônia Prado se detém nos dois eventos que para ela melhor expressam as posições do Estado Novo no que se refere ao interior. O primeiro surge no mesmo ano que o CNEPA, 1938, e ficou conhecido como a Marcha Para Oeste. Não se tratava do oeste da cidade do Rio de Janeiro, pois era lá que ficaria o CNEPA, mas o oeste do país. Porém, a semelhança dos dois oeste, como será visto, não era uma mera coincidência. A exemplo das "bandeiras", a brasilidade seria redescoberta na ocupação dos espaços vazios do país, claro, aqueles que não fossem contestados pelos grandes proprietários rurais. A unidade nacional surgiria, como nas bandeiras, da interação, pois nelas, conforme o escritor Cassiano Ricardo, cada um desempenhava o seu "papel natural": o índio servia de guia; o negro, forte e servil, carregava os fardos e ambos seguiam sob as ordens do branco que liderava. Além disso, a segurança nacional seria preservada ao se frear o movimento migratório para as cidades. Nada mal para um governo autoritário que encontrava o seu norte político na fronteira do oeste geográfico. Na mesma trilha, culpabilizava os setores mais organizados da classe trabalhadora e empurrava os "sem terra" da época para um lugar fora das influências subversivas e fora dos interesses fundiários urbanos e rurais. (Idem, p.83-7)

Por outro lado, o que se processava na cidade do Rio de Janeiro afetava a Baixada. As transformações que ali ocorriam no final do século XIX, lançando as bases da nascente cidade capitalista,⁸ já revelavam o padrão segregacional que a partir de então ganharia contornos cada vez mais nítidos e amplos. Os capitais comerciais e financeiros aí sediados; o capital estrangeiro atraído pelos serviços urbanos e o quase monopólio das concessões; e o Estado como mediador político destes capitais formarão uma parceria extremamente eficiente na estruturação do espaço urbano em busca do melhor retorno dos investimentos. A ordem sócio-espacial que emergia preservava a Zona

Sul e parte da Zona Norte da cidade para as incorporações imobiliárias do capital nacional e para as influências do capital estrangeiro na alocação dos serviços de transporte e infraestrutura urbana. Aí seriam estabelecidas as classes e os usos nobres da cidade. No outro lado estariam os subúrbios distantes, com os pobres e seus usos sujos, a uma distância satisfatória do núcleo privilegiado. Entre um e outro restava a excrescência de um centro onde pobres e nobres se misturavam na reprodução da velha ordem.

As áreas liberadas pelas ferrovias, a partir de meados do século XIX, emergem progressivamente como grande saída para o impasse. Na Baixada, as vilas-entrepósitos com seus portos darão lugar aos aglomerados suburbanos com suas estações, ao invés do café e produtos agrícolas a massa trabalhadora tornava-se a grande mercadoria de transbordo. Se não fossem as favelas, tão adequadas no fornecimento e reserva de trabalho barato e imediato, a Zona Sul teria sido definitivamente preservada das hordas empobrecidas, levadas para longe pelos trilhos.

A Reforma Passos e a ação da União (1902-1906), que adequariam o centro do Rio de Janeiro à sua função de grande porto internacional exportador de café e capital da nova elite cosmopolita, teria agora um excelente lugar para despejar o entulho humano resultante tanto das demolições dos cortiços e cabeças-de-porco como das proibições de ambulantes e mendigos no centro. As novas funções do Rio só seriam possíveis com as novas funções da Baixada. O "solar" Rio de Janeiro encontrava o seu "noir" definitivo, uma Baixada afastada o suficiente das suas belezas naturais a ponto de não prejudicar o "boom" imobiliário e próxima o bastante para permitir o ir e vir diário do insubstituível trabalhador. Deste modo, diferente do que propunha recentemente um escritor, o "solar" e o "noir" existente no Rio de Janeiro, incluindo aí a Baixada, não precisam ser unidos, como se fossem duas metades de uma metrópole

partida. Eles sempre estiveram juntos, um definindo o outro, numa integração-segregação inscrita no seu código genético espacial. (Idem, p.59-69)

A telúrica visão do Governador Manuel de Matos Duarte Silva, de uma Baixada florindo em mil culturas, já estava fadada a ser uma ilusão muito antes do seu pronunciamento, em 1930. (Pereira, 1977, p.102) Valorizada demais para ser apenas área rural e adequada - distância e abandono - para abrigar o migrante rural mais próximo, que mais rapidamente e com menor custo respondia às necessidades das oficinas, a região sofrerá diferentes formas de expansão urbana. Descontínua e desordenada, essa anárquica ocupação seguirá a organizada lógica do capital. Pela ampliação dos aglomerados em torno das estações ou pelos loteamentos nas vizinhanças dessas estações e à margem das rodovias secundárias que delas partem, pelos loteamentos ou instalações industriais ao longo das rodovias principais ou pelo crescimento dos antigos núcleos urbanos e dos modernos de caráter industrial, a dispersão da malha urbana seguirá as facilidades da topografia e o oportunismo da especulação. (Soares, 1962, p.169-72)

Herdeiros incontestes da estrutura agrária precedente, os loteamentos tornam-se a forma generalizada da incorporação que se anunciava. Calcados nas grandes unidades fundiárias que normalmente pertenciam a um único proprietário, foram colocados à disposição dos capitais metropolitanos pelo saneamento. Rapidamente passariam a resolver o problema de habitação para a população crescente, livrariam o pequeno poupador da desvalorização da moeda, salvariam os proprietários decadentes das hipotecas e dívidas e realizariam os sonhos de fortuna dos donos de companhias imobiliárias. (Idem, p.172-174)

A instalação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas na Baixada Fluminense era na verdade uma edição regional da Marcha Para Oeste do Governo Vargas. A

pretensão de um cinturão agrícola como modelo de desenvolvimento para a Baixada encaixava-se na visão política do Estado Novo, apesar das evidências acima mencionadas que definiam a região como um grande loteamento para a classe trabalhadora. O planejamento estratégico que colocara a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda e a Fábrica Nacional de Motores em Xerém, definia o destino agrário para a Baixada. Ali, a matéria prima não seria o ferro, mas o próprio homem. Dali não sairiam lingotes nem máquinas, porém técnicos que somente teriam contacto com aqueles lingotes e com aquelas máquinas quando elas se destinassem à aplicação no solo: tratores, arados, instrumentos os mais diversos (O Observador Econômico e Financeiro, 1947, p.2. Nesse raciocínio, a agricultura seria a base da estrutura econômica. Sem ela não haveria "outro meio para a formação do capital e do desenvolvimento do processo social", como reproduziria em seu artigo Arthur Eugênio Magarinos Torres Filho, Reitor da Universidade Rural, em 1948. (Revista Agronomia, vol.4, no1, Ano 4. jan.-mar. de 1945. p.1)

O papel da Universidade Rural nas fronteiras da Baixada Fluminense torna-se mais claro quando se analisa o segundo evento implementado pelo Estado Novo e abordado por Adônia Prado. Trata-se do VIII Congresso Brasileiro de Educação, que ocorreu em Goiânia, em 1942. Segundo a autora, havia uma unanimidade quanto a diferença entre a escola para as cidades e a escola para o meio rural. A primeira era uma escola simplesmente, sem adjetivos; a segunda seria um lugar onde não se deveria unicamente ensinar a ler, escrever e contar, mas ser um centro de interesse e esforço comuns, de onde se irradiaria a influência propulsora do melhoramento da vida econômica e social, das condições higiênicas e, por fim, da educação mesma. A idéia da vocação agrária do país estava presente na valorização do homem rural, que passava a ser visto como garantia de maior racionalidade e produtividade.

Para tanto, ele não precisava ter seu cérebro entulhado de conhecimentos especulativos, mas adquirir a sabedoria de se aplicar a um trabalho proveitoso. Assim, o Ruralismo Pedagógico do Estado Novo era duplamente pragmático: a) uma escola voltada para tarefas práticas era uma necessidade que se supunha imediata das populações pobres do campo; b) afirmava a idéia de valorização do ser humano e seu desenvolvimento, fazendo acreditar que menos valia mais. (Prado, 1995, p.92-6)

Embora destinado a debater a educação primária, este Congresso acaba revelando uma vertente decisiva na vinda da Universidade Rural para o Km 47. A escola e a educação são pensadas enquanto agentes civilizatórios para um meio específico, o rural. Um meio que precisava ser alterado a fim de fixar o homem, bloquear o fluxo migratório para as cidades e fornecer a base econômica para o desenvolvimento nacional. Posto avançado da ciência agrônoma, cabia à Universidade Rural/CNEPA recuperar a economia da Baixada, devolvendo-lhe a grandeza agrícola. Mais do que um magnífico e suntuoso conjunto arquitetônico ela era um símbolo, para os casebres e velhas residências de pequenos proprietários que predominavam em volta, de um futuro que se anunciava grandioso. Repetir o 4 de julho da Independência norte-americana, como data da inauguração do CNEPA no Km 47 era mais que uma homenagem à data da primeira inauguração, em 1913. Ter os Estados Unidos como patrono arrematava com suficiente grandiosidade as pretensões daquele projeto e terminava selando mais um pacto entre o Brasil e seu "grande irmão do norte", com efeitos importantes para a política interna, como bem enfatizou Clarence Brooks, representante do embaixador norte-americano, em seu discurso na solenidade de inauguração: "Devo dizer que os Estados Unidos se sentem especialmente contentes em verificar este desenvolvimento agrônomo por parte do seu grande e bom vizinho, o Brasil. O progresso na agricultura

acompanhado do progresso na indústria, formam os fatores essenciais para levantar cada vez mais o nível da economia da nação, objetivo este que é comum às nossas duas pátrias. Os padrões superiores da vida, como já ficou provado inúmeras vezes, constituem a melhor defesa da Democracia e a melhor defesa contra as doutrinas extremistas". (O Observador Econômico e Financeiro, 1947, p.20)

Do pântano para a *farm* americana, a conquista do nosso oeste possível estava iniciada. Os maiores inimigos não eram os índios. Eles já haviam sido expulsos há muito tempo, numa operação digna de menção. Após o período que as terras da Fazenda de Santa Cruz foram tomadas dos jesuítas e entregues a concessionários da Coroa, restou uma aldeia de índios que tinha sido catequizada pelos missionários. Tidos como ladrões de gado e de colheitas, provavelmente era a alternativa que lhes restara, mantinham, como resultado da aculturação que sofreram, uma forte devoção à Virgem Maria, tida como a Mãe de Deus, criador de todas as coisas. Era assim que durante o mês de maio reuniam-se diariamente na capela erguida em louvor à Virgem, que se localizava no mesmo lugar onde hoje está a Matriz São Francisco de Xavier, em Itaguaí, para rezarem a ladainha. Foi em um primeiro de maio que as tropas do governo português valeram-se dessa devoção e cercaram facilmente todos os índios. Após espancá-los e expulsá-los em direção ao litoral, rumo a Mangaratiba, queimaram todas as suas casas. (Figueira, 1970, p.80)

Se na conquista do oeste, não deixávamos nada a desejar em matéria de genocídio indígena aos nossos parceiros do norte, com a ressalva de serem muito melhores na produção de *Westerns*, o grande desafio para a implantação da Universidade Rural era o saneamento da região e o fim da malária. A articulação inicial entre o Serviço Nacional de Malária, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem foi decisiva nesta fase. O primeiro

barracão construído na obra foi para os trabalhadores que combatiam a malária e que conseguiram, sobretudo a partir do uso do DDT, reduzir a zero o índice de doentes na população local. Por outro lado, os principais valões foram revestidos de calhas de concreto armado, favorecendo o escoamento das águas. Arrematando o empreendimento, as estradas eram abertas e alargadas conforme o projeto. (Sant'Ana, 1949, p.8, O Observador Econômico e Financeiro, 1947, p.11)

A justificar essa operação desbravadora estava também uma política econômica do solo para a área. A vitória judicial da Divisão de Terras e Colonização sobre Cassiano Caxias dos Santos e Benedito Gonçalves Serra na obtenção das terras pela União, havia de colocar a Universidade Rural no centro de uma região marcada pelo latifúndio parasitário cujos proprietários viviam da exploração da madeira, lenha e carvão, desrespeitando a legislação florestal e nada pagando à União pelas terras usurpadas. A distribuição de terras para pequenos agricultores surgia como alternativa, assim pensava Irun Sant'Ana, na sua obra científico-propagandista sobre a Universidade. Para ele, juntamente com o auxílio financeiro e técnico do Ministério da Agricultura, o CNEPA teria a notável função de impulsionar a reforma agrária no Brasil, antevendo o futuro de uma grande Universidade no meio de um verdadeiro "jardim de terras cultivadas". (Idem, p.8-10) A transformação da Baixada em um imenso loteamento urbano para os trabalhadores pobres da metrópole do Rio de Janeiro; e o adiamento até os nossos dias de uma reforma agrária no país sepultariam definitivamente esse sonho horto-político.

O quadro agrário do município de Itaguaí, conforme o recenseamento de 1940, apontava na verdade para uma brutal concentração de terras. As pequenas propriedades, com área até 50 ha, correspondiam a 6,6% da área total recenseada e pertenciam a 72,9% do número total de proprietários. Já as grandes

propriedades, com área acima de 500 ha, correspondiam a 70,7% da área total, e concentravam-se nas mãos de 6,9% dos proprietários. Nessa lógica de inversão absoluta entre áreas e proprietários, o maior proprietário possuía um terreno maior do que a soma dos terrenos de 80,5% do total de proprietários. Quanto à produtividade, Itaguaí tinha 69% de suas terras completamente abandonadas, não tendo importância como região produtora agrícola, conforme o cadastro de propriedades feito pelo IBGE, em 1944. (Idem, p.25-29)

A vinda da Universidade Rural (CNEPA) para esse município produziu um impacto significativo. Passou a ser responsável por quase 30% da população total, por meio dos trabalhadores empregados nos diversos serviços do Ministério da Agricultura, suas famílias, alunos e funcionários. A melhoria das condições de vida desses trabalhadores favorecia também a vinda de parentes seus e o aumento da média de pessoas por família na região. No entanto, apesar do seu significado frente à conjuntura agrária e populacional local; e malgrado as pretensões civilizatórias, desenvolvimentistas e políticas dos seus diretores e das autoridades do Estado Novo, a Universidade, desde o início teve que enfrentar os limites da sua nova realidade.

Um ano após sua inauguração no Km 47, seguindo o exemplo da Universidade de Viçosa, foi realizada a primeira Semana do Fazendeiro da Universidade Rural. Seu objetivo era transmitir aos fazendeiros da região os conhecimentos ali produzidos, um verdadeiro esforço de "catequese", como o realizado pelos jesuítas, séculos antes, dada as condições agrárias acima apresentadas. O esforço de transformar o empirismo tradicional em aproveitamento racional do solo, restituindo-lhe a fertilidade, estava longe de ser uma proposta de reforma agrária, que alterasse substancialmente a estrutura e as relações agrárias, mas favorecia a primeira aproximação daqueles que trabalhavam a terra na região. A Semana do Fazendeiro era na verdade várias

aulas oferecidas diariamente e sobre os mais diferentes assuntos para os fazendeiros que, após as aulas, formavam círculos com os professores buscando respostas para seus problemas concretos. Se não resolvia a questão do esgotamento do solo, ao menos servia para a troca de informações e a discussão das dificuldades. Três anos depois, o Prof. da cadeira de Economia Rural, Rômulo Cavina, propunha que ao invés dos fazendeiros da Baixada virem à Universidade Rural, essa é que deveria ir até eles. Frente a ausência de estudos sobre a recuperação da Baixada, ele propunha a realização de um levantamento de pequenas áreas através do serviço de Missões Rurais sob a ação conjunta do Ministério da Agricultura. O trabalho dessas Missões seria o de organizar dados em todas as direções a respeito de uma comunidade definida. As propostas de soluções seriam imediatamente acatadas pelos respectivos serviços federais, estaduais e municipais. Haveria um centro coordenador local indicado pelas Missões, que zelaria pela execução das medidas. O resultado seria a modernização da produção das safras, que passariam a ser reunidas em determinados pontos para armazenagem, embalagem, financiamento e daí direto para o consumidor, tendo como intermediários os próprios lavradores ou suas cooperativas. Infelizmente, a exemplo do que ocorreu com os índios, Cavina teve que assistir à expulsão dos seus possíveis "catequizados" tangidos pela onda loteadora urbana, pela concentração especulativa de terras, pelo inquestionável poder dos atravessadores e pelo total abandono do Estado. (Cavina, 1951, p. 89-90)

Se na sua missão civilizatória e transformadora a Universidade Rural enfrentava dificuldades, pois percebia os interesses que se mobilizavam nas terras da Baixada e os entraves políticos que as questões técnicas sempre enfrentam, dificuldades também não faltavam para os estudantes. É verdade que estavam mais esperançosos. Tinham agora um campus universitário e área suficiente para as experimentações. Eles não precisariam mais fazer

o que as turmas desde 1945 vinham fazendo, isto é, excursões para outros estados a fim de conhecerem as práticas da ciência agrônoma e suprirem suas deficiências. Havia agora a possibilidade da sua própria prática. No entanto, as condições de funcionamento da Universidade eram precárias, sobretudo no item alimentação. Ela era preparada e servida pelo SAPS,⁹ que em convênio com a Universidade Rural usava e fazia funcionar o restaurante para os alunos, técnicos e professores. Os bandeijões de aço já eram empregados e a péssima qualidade da comida era comum, contribuía para isso as faltas de energia, de boa vontade e de verbas. Frequentemente ocorriam surtos de sapiana, uma doença local causada pela alimentação e que obrigava o Serviço Médico a empregar litros de anti-séptico intestinal. A revolta contra essa situação culminou com os protestos estudantis de 1952: a paralisação da Universidade e uma greve de fome por uma semana. Tropas de choque da Polícia Especial invadiram o campus, porém a operação mais visível que realizaram foi o jogo de futebol com os estudantes, no gramado em frente ao Prédio Central, um dia após a invasão. Tudo só não terminou em pizza, ou melhor, em algum prato infectado pela sapiana, por que depois de várias discussões com o Reitor, tentativas de dar concessões a particulares e ofertas inaceitáveis foi aprovada a concessão dos serviços do restaurante à CAUR, que era a Cooperativa dos estudantes.¹⁰ Mesmo assim a queixa quanto à qualidade da comida continuou a existir. (Cavina, 1960, p. 151-153)

O incidente de 1952 e seus desdobramentos demonstra de forma mais nítida uma das principais mudanças na organização estudantil que a nova instalação da Universidade favorecia. Não que anteriormente ela fosse inexistente. Os Diretórios Acadêmicos tanto da Escola Nacional de Agronomia como da Escola Nacional de Veterinária, quando ainda estavam na Praia Vermelha, tinham iniciado a publicação das revistas "Agronomia" e "Veterinária", respectivamente, cuja qualidade reforçava a

importância dos estudantes. Organizavam também comemorações e conferências e tinham criado, em 1945, a cooperativa de consumo para os alunos, a CAUR. O que se processava agora era uma maior convivência entre os estudantes, nas turmas e nos alojamentos, favorecendo uma mobilização mais rápida e expressiva, bem como a intensificação das críticas e sua propagação. A publicação quinzenal do porta-voz dos alunos chamado: "O Ferrão", que surgiu de uma reunião dos alunos num dos quartos dos Alojamentos, em 1948, já expressava essa nova fase (Agronomia, 1949, p.81-82). Outra manifestação expressiva seria a greve dos alunos da Escola Nacional de Agronomia, em 1951, motivada por uma portaria do Diretor e sua intransigência. A greve terminaria um dia depois de iniciada com a promessa do Diretor de revogar a referida portaria. (Idem, 1951, p.197)

Enquanto a Universidade Rural descobria sua nova realidade e buscava soluções na superação dos seus problemas, assistiu-se nas terras da Baixada Fluminense o surgimento de um expressivo movimento de resistência camponesa, a partir do final da década de 50. Reagindo às alterações das relações que se davam no campo, sobretudo com o surgimento de grileiros à frente de processos de despejo contra antigos posseiros; e mobilizados, sobretudo, pela militância do Partido Comunista Brasileiro a partir da FALERJ - Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro, um grupo significativo de lavradores passaria a realizar ocupações de terra como resposta a essa desfavorável conjuntura. A forte valorização das terras da Baixada, com o saneamento, com as ferrovias e com as rodovias principais não só afetava o solo urbano, retalhado para o loteamento, mas incidia também sobre as áreas rurais mais próximas, cobçadas como reserva de capital dentro do crescente processo de especulação imobiliária. Antigos posseiros, meeiros e trabalhadores rurais de forma geral seriam atingidos duramente. Nesse confronto, homens como José Pureza e Bráulio Rodrigues despontariam como lideranças

importantes. Em alguns casos o conflito armado ocorreria a partir da decisão dos lavradores de reagirem de forma mais efetiva.¹¹

Nesse cenário, a Universidade Rural, independente do apoio efetivo ou não à mobilização camponesa, foi interpretada como possuidora de elementos desestabilizadores e fomentadores da instabilidade. Foi assim que sofreu uma intervenção federal, a exemplo do que ocorreu com vários sindicatos rurais, após o Golpe de 1964. Frederico Pimentel Gomes, professor da Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, de Piracicaba, ficou 9 meses como interventor; e no mesmo período o Diretório Acadêmico da ENA ficou fechado. (Agronomia, 1965, p.88-89)

O impacto do recrudescimento do Golpe de 64 sobre a Universidade Rural, principalmente sobre o movimento estudantil nela existente, será abordado numa segunda parte dessa pesquisa. Nela também se tentará abordar outros temas importantes que marcaram a história da universidade, tais como: os momentos anteriores, da década de 50, que marcaram a vida universitária internamente e no seu projeto de interferência na região; a consolidação da Universidade enquanto um modelo isolado e auto-suficiente de vida acadêmica; a influência norte-americana nesse modelo de Universidade e na formação dos seus quadros de professores e pesquisadores; as relações entre os diferentes segmentos da Universidade: docentes, funcionários e alunos ao longo desse período; as relações familiares que perpassam a vida da Universidade e seus efeitos políticos e administrativos; a vida dos Reitores e a forma como exerciam o poder; a fase de recuperação pós-ditadura militar; as mudanças sociais, econômicas e estruturais na Baixada Fluminense de hoje e a relação da Universidade com essa nova realidade; os impasses enfrentados pela atual administração.

NOTAS

1. Notas de pesquisa do Grupo Emergente Memória da Rural composto pelos professores da UFRRJ/ Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Departamento de Letras e Ciências Sociais Ana Lúcia V. Santa Cruz de Oliveira, Doutora em História, Caetana Maria Damasceno, Mestre em Antropologia Social, José Cláudio Souza Alves, Mestre em Sociologia e Política, e Luciana de Amorim Nobrega, Mestre em Sociologia do Desenvolvimento.

2. Analisando principalmente os Anais da Assembléia Legislativa Provincial, Ana Maria dos Santos realizou um apanhado das concepções existentes neste período (Santos, 1993).

3. Citando o discurso de Paes Leme, em 1880. (Idem, p. 51)

4. Trecho do discurso proferido no ato inaugural pelo agrônomo Gustavo D'Utra, para quem o auditório "Gustavão" é uma homenagem. (O Observador Econômico e Financeiro, 1947, p.6)

5. Havia apenas o trabalho com floricultura e fruticultura, não havendo qualquer prática de agricultura nem trabalhos experimentais. (Grillo, 1938, p.14-16, Medeiros, 1938, p.49)

6. Esse Regimento encontra-se no Decreto-Lei no 6.155, que saiu no Diário Oficial de 3 de janeiro de 1944.

7. Essas informações sobre a atuação do Ministro Fernando Costa foram obtidas na entrevista com o Engenheiro Florestal Luís de Carvalho Araújo, feita por José Cláudio S. Alves e Luciana de Amorim Nóbrega, no dia 17/7/95. Aos 92 anos, o entrevistado foi um dos primeiros professores residentes da Universidade Rural, no Km 47. Hoje, aposentado e dono de uma lucidez espantosa, recorda da fase das construções, quando o combate aos mosquitos e a malária era decisivo.

8. A análise aqui apresentada das transformações que

se processavam no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX encontram-se em Abreu, 1988, p.35-69.

9. SAPS era um serviço de alimentação para o trabalhador subsidiado pelo governo federal.

10. As famílias residentes no km 47 cumpriram um papel muito importante para o êxito do movimento, recebendo grupos de alunos para fazerem refeições em suas casas. Depois da greve os Diretórios Acadêmicos da Escola Nacional de Agronomia e da Escola Nacional de Veterinária promoveram uma festa no Clube Social e conferiram diplomas às famílias que colaboraram.

11. Sobre a mobilização camponesa desse período ver o trabalho de Grynszpan, 1987.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Iplan-Rio./Jorge Zahar Editor. 1988.

AGRONOMIA. Órgão Oficial do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Agronomia. Universidade Rural.

BOLETIM da Escola Nacional de Agronomia. no 1. Jubileu Comemorativo de sua fundação 1913-1938. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Agronomia. 1938.

CAVINA, R. Recuperação Econômica da Baixada Fluminense, in: *Agronomia*. vol. 10, nº1-2. Órgão Oficial do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Agronomia. Itaguaí: Universidade Rural. jan. - jun. 1951.

CAVINA, R, CAUR, In: *Agronomia*. vol. 18, no 5. Órgão Oficial do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Agronomia. Itaguaí: Universidade Rural. set. - dez. 1960.

- EGLER, C. A. G. *Reflexões Sobre Espaço e Periodização: Origens da Indústria no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE. Tese de Mestrado. 1979.
- FIGUEIRA, T. P. Monumentos Históricos e Alguns Aspectos Conservacionistas do Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, In: *Agronomia*. vol. 28, no único. Órgão Oficial do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Agronomia. Itaguaí: Universidade Rural. jan. - dez. 1970.
- GEIGER, P. P. & SANTOS, R. L. Notas Sobre a Evolução da Ocupação Humana da Baixada Fluminense, In: *Separata da Revista Brasileira de Geografia*. no. 3 - Ano XVI. Rio de Janeiro: IBGE, jul/set. 1955.
- GRILLO, H. V. S. Discurso do Diretor da Escola Nacional de Agronomia Prof. Heitor V. Silveira Grillo, In: *Boletim da Escola Nacional de Agronomia*. no 1. Jubileu Comemorativo de sua fundação 1913-1938. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Agronomia. 1938.
- GRYNSZPAN, M. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ. 1987.
- HISTÓRICO DA UFRRJ. Feito pela Reitoria. Sem autor. Sem data. Mimeo.
- MEDEIROS, J. M. Discurso Proferido no Almoço no Restaurante Lido, Oferecido Pelos Amigos e Antigos Alunos da Escola Nacional de Agronomia aos Professores Jubilados, in: *Boletim da Escola Nacional de Agronomia*. no 1. Jubileu Comemorativo de sua fundação 1913-1938. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Agronomia. 1938.
- PEREIRA, W. *Cana, Café & Laranja. História Econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV/SEEC-RJ. 1977.
- PRADO, A. A. *Os Conceitos de Educação e de Homem no Brasil no Período do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado pela Faculdade de Educação da UFRJ. 1995.
- SANT'ANA, I. *Aspectos Bio-Sociais do Km 47 em 1945*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola. 1949.
- SEPARATA de "O Observador Econômico e Financeiro" referente ao mês de agosto de 1947. Rio de Janeiro. (Texto datilografado e encontrado no Arquivo do Prof. Ricardo Miranda).
- SANTOS, A. M. "A Modernização da Agricultura e a Transição Para o Trabalho Livre na Província do Rio de Janeiro". I: *À Margem - Revista de Ciências Humanas*. Rio de Janeiro.
- SOARES, M. & SEGADAS, T. Nova Iguaçu. Absorção de Uma Célula Urbana Pelo Grande Rio de Janeiro, In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, no 2 - Ano XVII. IBGE. abr/jun. 1955.